

PPAG 2016-2019 **EXERCÍCIO 2016**

Boletim de Monitoramento – PLE 14/2015

Saúde e Proteção Social
Direitos Humanos



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
DE MINAS GERAIS

BOLETIM DE MONITORAMENTO – PLE Nº 14/2015

Programa 36 – Promoção da Cidadania e Participação Social

Proponentes

João Luiz de Souza (Conselho da Comunidade Carcerária da Comarca de Bicas – Bicas) / Franciane Rabelo dos Santos (Instituto Educação e Cidadania – Juiz de Fora) / Flávia Rabelo Beghini (Instituto Educação e Cidadania – Juiz de Fora) / Fabiana Rabelo dos Santos (Instituto Educação e Cidadania – Juiz de Fora) / José Agnaldo Cantarino de Paiva (Instituto Educação e Cidadania – Juiz de Fora) / Paulo César de Oliveira (Instituto Educação e Cidadania – Juiz de Fora) / Raphaela Recepti da Silva (Instituto Educação e Cidadania – Juiz de Fora) / Erica do Socorro Leão (Psf Iaia Perpetuo – Peçanha) / Carlos Henrique Viveiros Santos (Prefeitura Municipal de Governador Valadares – Governador Valadares) / Aquires José dos Santos (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg – Belo Horizonte) / Ermelinda de Fátima Ireno de Melo (Consórcio Regi. de Promoção da Cidadania Mulheres das Gerais – Belo Horizonte) / Larissa Amorim Borges (Sedese – Subsecretaria de Políticas Públicas para Mulheres – Belo Horizonte) / Leandro de Paiva (Fórum Mineiro de Religiões de Matriz Africana – Belo Horizonte) / Leonardo Soares Nader (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania – Sedpac – Belo Horizonte) / Lúcia Helena Apolinária da Silva (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania – Sedpac – Belo Horizonte) / Márcia Teresinha Cardoso Soares (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – Belo Horizonte) / Margareth da Silva Gonçalves (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania – Sedpac – Belo Horizonte) / Tatiane Aparecida Gomes (Sec. de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese – Belo Horizonte) / Adriana de Castro Pereira Martins (Associação Mineira de Epilepsia – Belo Horizonte) / Adriane Cristina da Cruz (Associação Mães Que Informam – Belo Horizonte) / Alaide Lúcia Bagetto Moraes (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg – Belo Horizonte) / Aline Ferreira Santos Vieira Maia (Ministério Público de Minas Gerais – Belo Horizonte) / Álvaro Boechat Chiarello (Centro de Luta Pela Livre Orientação Sexual – Cellos – Belo Horizonte) / Andrea Leite Rios – Sec. Est. Des. Reg., Política Urb. e Gestão Metropol. – Sedru – Belo Horizonte) / Christina Diniz Meira (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania – Sedpac – Belo Horizonte) / Denio Sebastião Martins de Carvalho (1º Batalhão da PMMG – Belo Horizonte) / Eliane Quaresma Caldeira de Araújo (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania – Sedpac – Belo Horizonte) / Guilherme Alves de Oliveira (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania – Sedpac – Belo Horizonte) / Guilherme Rocha de Freitas (Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais – Belo Horizonte) / Marilene Faustino Pereira (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg – Belo Horizonte) / Rayane Mara Nunes (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania – Sedpac – Belo Horizonte) / Renata Nazaré Magalhães (Assoc. Profissionalizante do Menor de BH – Assprom – Belo Horizonte) / Rita de Cassia M. Calazans (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania – Sedpac – Belo Horizonte) / Sula Kyriacos Mavrudis (Rede de Apoio ao Circo – Belo Horizonte) / Dehonara de Almeida Silveira (Marcha Mundial de Mulheres – Belo Horizonte) / Dhiancesar Pinto Lopes (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania – Sedpac – Belo Horizonte) / Flávio Alexandre Lima Ribeiro (Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds – Belo Horizonte) / Gustavo Garcia Vieira de Almeida (Sec. de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese – Belo Horizonte) / Romerito Costa Nascimento (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania – Sedpac – Belo Horizonte) / Antonioni Afonso (Instituto DH – Belo Horizonte) / Ariel Lima de Almeida (Associação Circo Belô – Belo Horizonte) / Beatrice Corrêa de Oliveira (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania – Sedpac – Belo Horizonte) / Celso Gomes Travassos (Comissão da Verdade em Minas Gerais – Covemg – Belo Horizonte) / Gustavo Faria da Cruz (Assoc. Profissionalizante do Menor de BH – Assprom – Belo Horizonte) / José Alexandre Salles (Comissão da Verdade em Minas Gerais – Covemg – Belo Horizonte) / Luiz Ronaldo Carvalho (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – Seda – Belo Horizonte) / Moisés Barbosa Ferreira Costa (Associação Circo Belô – Belo Horizonte) / Willian Lelis Brás Nascentes (Ministério Público de Minas Gerais – Belo Horizonte) / Gustavo Aguiar Pinto (Subsecretaria de Juventude – Belo Horizonte) / Ingrid Mirelly de Oliveira Araújo (Associação Circo Belô – Belo Horizonte) / Marinalva Maria de Jesus (Associação dos Povos Indigenas – Belo Horizonte) / Vanessa Rodrigues Cardoso (Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds – Belo Horizonte) / Leticia da Penha Guimarães (Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania – Contagem) / Lucas Henrique da Silva Santos (Casa de Apoio a Criança Carente de Contagem – Contagem) / Andressa França Amorim (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – Seduc – Contagem) / Thainara do Nascimento Reis (Casa de Apoio a Criança Carente de Contagem – Contagem) / Gabriel da Silva Oliveira Costa (Casa de Apoio a Criança Carente de Contagem – Contagem) / Marta de Faria Vieira (Coordenadoria Especial de Políticas Públicas Mulheres – Copom – Contagem) / Marcia Espindula da Silva (Casa de

Apoio a Criança Carente – Contagem) / Jacimara Reis Sousa (Fica Vivo! – Vespasiano) / José Cardoso de Menezes Filho (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapada Gaúcha – Chapada Gaúcha) / José Eustáquio dos Reis (Psol – Uberaba – Uberaba) / Lúcia Helena de Oliveira (Prefeitura Municipal de Uberaba – Uberaba) / Luciano de Sousa (Centro Pop – Uberaba) / Maria Virginia Borges Ribeiro (Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM – Uberaba) / Fernanda Clara Gutierrez da Silva (Coletivo de Direitos Humanos de Uberaba – Uberaba) / Jaine Irene Basílio Teodoro M. Silva (Conselho Municipal de Direitos da Mulher – Uberaba) / Renata Aparecida da Trindade (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – Uberaba) / Jeanete Assad Mazzeiro (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM – Brasília) / Flávia Roberta Martins (Instituição não informada) / Manoel Aleçandro M. dos Santos (Instituição não informada) / Agnelo de Paiva Braga (Instituição não informada) / Antônio Augusto Garcia Veríssimo (Instituição não informada) / Camila Aparecida Oliveira da Costa (Instituição não informada) / Eliane Dias Evangelista (Instituição não informada) / Jonathan Félix de Souza (Instituição não informada) / Maria Cristina Fonseca (Instituição não informada) / Maria da Penha Correa Liborio (Instituição não informada) / Maria Salete dos Santos (Instituição não informada) / Marina Rosa Almeida (Instituição não informada) / Ricardo Teixeira Silva Junior (Instituição não informada) / Rosa do Menino de Jesus (Instituição não informada) / Daniela Tiffany Prado de Carvalho (Instituição não informada) / Dilson José de Oliveira (Instituição não informada) / Elisangela Alves Mariano (Instituição não informada) / Heráclita Ramos de Jesus (Instituição não informada) / Marina Elizabete Rodrigues da Cruz (Instituição não informada) / Rita Aparecida Marques Reis (Instituição não informada) / Elvis Wellington de Melo (Instituição não informada) / Sandra Rosa da Silva (Instituição não informada) / Wesley de Assis Costa (Instituição não informada) / Vanilda Francisca da Silva (Instituição não informada).

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. In: _____. **Assembleia de Minas**: Poder e voz do Cidadão. (Portal.) Disponível em: <http://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/index.html>. Acesso em: 24 out. 2016.

Sugestões de intervenção

A PLE nº 14 sugeriu as seguintes alterações no Programa 36 – Promoção da Cidadania e Participação Social:

- alteração das metas físicas e financeiras da Ação 4546 – Operacionalização das Conferências de Direitos Humanos;
- alteração das metas físicas e financeiras da Ação 4547 – Implementação dos Centros de Referência em Direitos Humanos –, com vistas à implantação e à manutenção das unidades;
- ampliação das metas financeiras da Ação 4548 – Promoção de Direitos Humanos e Participação Social;
- ampliação das metas financeiras da Ação 4624 – Operacionalização dos Conselhos Estaduais de Direitos Humanos;
- alteração de finalidade, produto, territorialização e metas financeiras na Ação 4663 – Promoção do Direito à Memória, à Verdade e à Justiça;
- inclusão de nova ação, denominada Centro de Referência de Apoio aos Povos e Comunidades Tradicionais Circenses;
- inclusão de nova ação, denominada Promoção dos Direitos Humanos e Cidadania LGBT – Minas sem Homofobia;
- inclusão de nova ação, denominada Criação, Implementação e Monitoramento do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e dos Planos Temáticos de Convivência Familiar e Comunitária, de Enfrentamento ao Trabalho Infantil e de Enfrentamento à Violência Sexual;

- inclusão de nova ação, denominada Protagonismo Juvenil e Enfrentamento à Violência contra a Criança e o Adolescente;
- inclusão de nova ação, denominada Centro de Referência da Juventude;
- inclusão de nova ação, denominada Apoio e Fortalecimento dos Conselhos Tutelares e de Direitos Municipais;
- inclusão de nova ação, denominada Erradicação do Sub-Registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica;
- inclusão de nova ação, denominada Promoção da Autonomia das Mulheres;
- inclusão de nova ação, denominada Formação, Pesquisa, Campanhas e Publicações para a Garantia e Promoção dos Direitos Humanos de Mulheres do Campo e da Cidade, Jovens, Crianças, Adolescentes, Pessoas com Deficiência, LGBT, População de Rua, Negros, Povos Tradicionais, Indígenas, Idosos e outros.
- recomendação dirigida ao governo do Estado para garantir a execução do [Decreto nº 40.404, de 1999](#), que dispõe sobre a contribuição para o Fundo para a Infância e a Adolescência – FIA –, especialmente no que se refere à obrigação de as sociedades de economia mista, empresas públicas e entidades de direito privado sob controle direto ou indireto do Estado, integrantes da administração indireta do Poder Executivo, destinarem mensalmente ao fundo 1% do imposto de renda devido.

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. In: _____. **Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão.** (Portal.) Disponível em: <[http://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/documento.html?a=2015&n=14&tipoProjeto=PROPOSTA%20DE%20A%C3%87%C3%83O%20LEGISLATIVA&s=PLE&link=%2Fproposicoes%2Fpesquisa%2Favancada%3Fexpr%3D%28PLE20150001403585\[codij\]%29\[txmt\]%26pesqProp%3Dtrue](http://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/documento.html?a=2015&n=14&tipoProjeto=PROPOSTA%20DE%20A%C3%87%C3%83O%20LEGISLATIVA&s=PLE&link=%2Fproposicoes%2Fpesquisa%2Favancada%3Fexpr%3D%28PLE20150001403585[codij]%29[txmt]%26pesqProp%3Dtrue)>. Acesso em: 24 out. 2016.

Resultados – Apreciação das sugestões de intervenção

Após análise pela Comissão de Participação Popular, pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e pelo Plenário da ALMG, as sugestões foram ACOLHIDAS na forma de:

- Emendas ao PPAG e à LOA:
 - Ação 4663 – Promoção do Direito à Memória, à Verdade e à Justiça:
 - Mudança de finalidade para: “PROMOVER O DIREITO À MEMÓRIA, À VERDADE E À JUSTIÇA, APOIANDO A COMISSÃO DA VERDADE EM MINAS GERAIS, GARANTINDO A SUA ESTRUTURAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, bem como implantando e mantendo um centro de memória no prédio do antigo Dops-MG”.
 - Inclui o Território Metropolitano, com R\$100.000,00, especificados para a elaboração de projeto de implementação do Centro de Memória no prédio do antigo DOPS.
 - Acrescenta R\$600.000,00 no Território Multiterritorial, especificados para a estruturação e o desenvolvimento das atribuições da Comissão da Verdade de Minas Gerais – Covemg.
 - Nova ação: 4139 – Implementação e Monitoramento do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e dos Planos Temáticos de Convivência Familiar e Comunitária, Enfrentamento ao Trabalho Infantil e Enfrentamento à Violência Sexual, com os seguintes atributos:

- Unidade Orçamentária: 4091 – Fundo para a Infância e a Adolescência
 - Finalidade: prosseguir o processo de revisão e implantação dos planos estaduais; expandir e acompanhar o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual – Pair –, por meio de processos de monitoramento e avaliação de suas ações; e desenvolver ações de protagonismo juvenil no Estado.
 - Produto: plano implantado
 - Público-alvo: população do Estado de Minas Gerais
 - Meta física 4 e financeira R\$ 600.000,00 – multiterritorial
- Emendas ao PPAG:
 - Nova ação: 4113 – Promoção dos Direitos Humanos e Cidadania LGBT – Minas sem Homofobia, com os seguintes atributos:
 - Unidade Orçamentária: 1651 – Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania
 - Finalidade: realizar ações de promoção dos direitos humanos e cidadania LGBT, promovendo o combate à discriminação da população LGBT.
 - Produto: programa implementado
 - Unidade de medida: programa
 - Público-alvo: população do Estado de Minas Gerais
 - Meta física 1 e financeira R\$ 500.000,00 – multiterritorial
 - Nova ação: 4125 – Promoção da Autonomia das Mulheres, com os seguintes atributos:
 - Unidade Orçamentária: 1651 – Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania
 - Finalidade: desenvolver ações que garantam a promoção dos direitos humanos e a autonomia das mulheres do campo e da cidade.
 - Produto: pessoa atendida
 - Unidade de medida: pessoa
 - Público-alvo: mulheres do Estado de Minas Gerais
 - Meta física 100 e financeira R\$ 300.000,00 – multiterritorial
- Requerimentos:
 - encaminha pedido de providências à Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania para que promova a gestão necessária junto ao governo do Estado com vistas à suplementação de recursos na Ação 4546 – Operacionalização das Conferências de Direitos Humanos – do PPAG 2016-2019, de modo a viabilizar as atividades nela previstas;
 - encaminha pedido de informações ao secretário de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania sobre a implementação dos Centros de Referência em Direitos Humanos, prevista na Ação 4547 do PPAG 2016-2019, especialmente no que se refere ao cronograma de implantação das unidades, à localização e os custos de cada uma delas, com a indicação dos serviços e programas que serão disponibilizados para o atendimento da população;

- encaminha pedido de providências à Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania para que promova a gestão necessária junto ao governo do Estado com vistas à suplementação de recursos na Ação 4548 – Promoção de Direitos Humanos e Participação Social – do PPAG 2016-2019, especialmente para os anos de 2017, 2018 e 2019, de modo a viabilizar as atividades nela previstas;
- encaminha pedido de providências à Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania para que promova a gestão necessária junto ao governo do Estado com vistas à suplementação de recursos na Ação 4624 – Operacionalização dos Conselhos Estaduais de Direitos Humanos do PPAG – 2016-2019, de modo a viabilizar as atividades nela previstas;
- encaminha pedido de providências à Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania para implementar, no âmbito de sua competência, medidas que contribuam para a implantação e a manutenção do Centro de Referência de Apoio aos Povos e às Comunidades Tradicionais Circenses, inclusive no que se refere à disponibilização de recursos para essa finalidade;
- encaminha pedido de providências à Secretaria de Cultura para implementar, no âmbito de sua competência, medidas que contribuam para a implantação e a manutenção do Centro de Referência de Apoio aos Povos e às Comunidades Tradicionais Circenses, inclusive no que se refere à disponibilização de recursos para essa finalidade;
- encaminha pedido de providências à Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania para implementar, no âmbito de sua competência, medidas que contribuam para a implantação e a manutenção de um Centro de Referência da Juventude, inclusive no que se refere à disponibilização de recursos para essa finalidade;
- encaminha pedido de providências à Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania para priorizar medidas de fomento e fortalecimento dos conselhos tutelares e de direitos municipais no Estado;
- encaminha pedido de providências à Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania para priorizar e fortalecer ações voltadas para a erradicação do sub-registro de nascimento e para a ampliação do acesso à documentação básica no Estado;
- encaminha pedido de providências ao governador do Estado para envidar esforços para o cumprimento do [Decreto nº 40.404, de 1999](#), que dispõe sobre a contribuição para o Fundo para a Infância e a Adolescência – FIA –, especialmente no que se refere à obrigação de as sociedades de economia mista, empresas públicas e entidades de direito privado sob controle direto ou indireto do Estado, integrantes da administração indireta do Poder Executivo, destinarem mensalmente ao fundo 1% do imposto de renda devido.

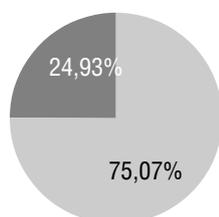
Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. //n. _____. **Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão.** (Portal.) Disponível em: <[http://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/documento.html?a=2015&n=14&tipoProjeto=PROPOSTA%20DE%20A%C3%87%C3%83O%20LEGISLATIVA&s=PLE&link=%2Fproposicoes%2Fpesquisa%2Favancada%3Fexpr%3D%28PLE20150001403585\[codij\]%29\[txmt\]%26pesqProp%3Dtrue](http://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/documento.html?a=2015&n=14&tipoProjeto=PROPOSTA%20DE%20A%C3%87%C3%83O%20LEGISLATIVA&s=PLE&link=%2Fproposicoes%2Fpesquisa%2Favancada%3Fexpr%3D%28PLE20150001403585[codij]%29[txmt]%26pesqProp%3Dtrue)>. Acesso em: 24 out. 2016.

MONITORAMENTO DOS DESDOBRAMENTOS – PLE Nº 14/2015

Visão geral da execução financeira do Programa 036 e das ações que foram objeto de emenda por sugestão popular – jan/dez 2016.

A despesa a realizar considera o crédito autorizado.

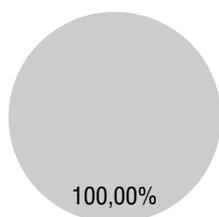
PROGRAMA 036



■ Despesa Realizada
■ Despesa a Realizar

Despesa Realizada	R\$ 5.756.179,32
Despesa a Realizar	R\$ 17.332.163,16

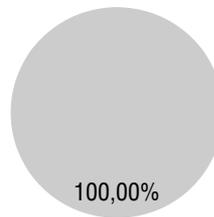
AÇÃO 4113



■ Despesa Realizada
■ Despesa a Realizar

Despesa Realizada	R\$ 0,00
Despesa a Realizar	R\$ 500.000,00

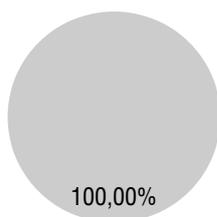
AÇÃO 4125



■ Despesa Realizada
■ Despesa a Realizar

Despesa Realizada	R\$ 0,00
Despesa a Realizar	R\$ 1.203.572,18

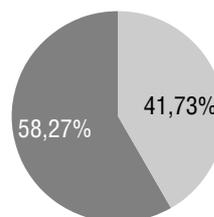
AÇÃO 4139



■ Despesa Realizada
■ Despesa a Realizar

Despesa Realizada	R\$ 0,00
Despesa a Realizar	R\$ 600.000,00

AÇÃO 4663



■ Despesa Realizada
■ Despesa a Realizar

Despesa Realizada	R\$ 582.690,97
Despesa a Realizar	R\$ 417.309,03

Fonte: ARMAZÉNS de Informações da Administração Pública do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, Prodengme, 2017. Disponível em: <<http://www.armazem.mg.gov.br>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

Visão geral da execução financeira da ação monitorada – jan/dez 2016**AÇÃO:** 4113 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA LGBT – MINAS SEM HOMOFOBIA**FINALIDADE:** REALIZAR AÇÕES DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA LGBT, PROMOVENDO O COMBATE À DISCRIMINAÇÃO DA POPULAÇÃO LGBT.**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA.

Execução Financeira – Ação				Execução Financeira – Emenda			
Crédito Inicial	Crédito Autorizado	Despesa Realizada	% Despesa/ Crédito autorizado	Crédito Inicial	Crédito Autorizado	Despesa Realizada	% Despesa/ Crédito autorizado
500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00

Visão geral da execução financeira da ação monitorada – jan/dez 2016**AÇÃO:** 4125 – PROMOÇÃO DA AUTONOMIA DAS MULHERES**FINALIDADE:** DESENVOLVER AÇÕES QUE GARANTAM A PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E A AUTONOMIA DAS MULHERES DO CAMPO E DA CIDADE.**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

Execução Financeira – Ação				Execução Financeira – Emenda			
Crédito Inicial	Crédito Autorizado	Despesa Realizada	% Despesa/ Crédito autorizado	Crédito Inicial	Crédito Autorizado	Despesa Realizada	% Despesa/ Crédito autorizado
300.000,00	1.203.572,18	0,00	0,00	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00

Visão geral da execução financeira da ação monitorada – jan/dez 2016**AÇÃO:** 4139 – IMPLEMENTAÇÃO E MONITORAMENTO DO PLANO DECENAL DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E DOS PLANOS TEMÁTICOS DE CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA, ENFRENTAMENTO AO TRABALHO INFANTIL E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL.**FINALIDADE:** PROSSEGUIR O PROCESSO DE REVISÃO E IMPLANTAÇÃO DOS PLANOS ESTADUAIS; EXPANDIR E ACOMPANHAR O PROGRAMA DE AÇÕES INTEGRADAS E REFERENCIAIS DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL – PAIR –, POR MEIO DE PROCESSOS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE SUAS AÇÕES; E DESENVOLVER AÇÕES DE PROTAGONISMO JUVENIL NO ESTADO.**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** FUNDO PARA A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA.

Execução Financeira – Ação				Execução Financeira – Emenda			
Crédito Inicial	Crédito Autorizado	Despesa Realizada	% Despesa/ Crédito autorizado	Crédito Inicial	Crédito Autorizado	Despesa Realizada	% Despesa/ Crédito autorizado
600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00

Visão geral da execução financeira da ação monitorada – jan/dez 2016

AÇÃO: 4663 – PROMOÇÃO DO DIREITO À MEMÓRIA, À VERDADE E À JUSTIÇA.

FINALIDADE: PROMOVER O DIREITO À MEMÓRIA, À VERDADE E À JUSTIÇA, APOIANDO A COMISSÃO DA VERDADE EM MINAS GERAIS, GARANTINDO A SUA ESTRUTURAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, BEM COMO IMPLANTANDO E MANTENDO UM CENTRO DE MEMÓRIA NO PRÉDIO DO ANTIGO DOPS-MG.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA.

Execução Financeira – Ação				Execução Financeira – Emenda			
Crédito Inicial	Crédito Autorizado	Despesa Realizada	% Despesa/ Crédito autorizado	Crédito Inicial	Crédito Autorizado	Despesa Realizada	% Despesa/ Crédito autorizado
1.000.000,00	1.000.000,00	582.690,97	58,27	700.000,00	700.000,00	582.690,97	83,24

Fonte: ARMAZÉNS de Informações da Administração Pública do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, Prodemge, 2017. Disponível em: <<http://www.armazem.mg.gov.br>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

Respostas aos requerimentos encaminhados

Nº PLE	Nº RQN	Conteúdo dos requerimentos	Houve resposta até 15/07/17?	Síntese da resposta
14	3.240	À Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação e Cidadania – Sedpac –, encaminha pedido de providências para priorizar medidas de fomento e fortalecimento dos conselhos tutelares e de direitos municipais no Estado.	Sim	A Sedpac informa que a realização de capacitações para conselheiros de direitos e tutelares é uma ferramenta crucial para o desenvolvimento das competências desses conselhos. Diante disso, informa que a Coordenadoria Especial da Política Pró-Criança e Adolescente vem envidando esforços para realizar capacitações presenciais e a distância para esses conselheiros por meio do Programa Uaitec.
14	3.241	À Sedpac, encaminha pedido de providências para priorizar e fortalecer ações voltadas para a erradicação do sub-registro de nascimento e para a ampliação do acesso à documentação básica no Estado.	Sim	A Sedpac informa que é favorável à inclusão da nova ação para erradicação do sub-registro de nascimento e para a ampliação do acesso à documentação básica no Estado.
14	3.242	À Sedpac, encaminha pedido de providências para que promova a gestão necessária junto ao governo do Estado com vistas à suplementação de recursos na Ação 4546 – Operacionalização das Conferências de Direitos Humanos – do PPAG 2016-2019, de modo a viabilizar as atividades nela previstas.	Não	

Respostas aos requerimentos encaminhados

Nº PLE	Nº RQN	Conteúdo dos requerimentos	Houve resposta até 15/07/17?	Síntese da resposta
14	3.243	À Sedpac, encaminha pedido de providências para implementar, no âmbito de sua competência, medidas que contribuam para a implantação e a manutenção do Centro de Referência de Apoio aos Povos e às Comunidades Tradicionais Circenses, inclusive no que se refere à disponibilização de recursos para essa finalidade.	Sim	A Sedpac informa ser favorável à pretensão contida no requerimento e sugere que ele seja encaminhado aos membros da Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e das Comunidades Tradicionais de Minas Gerais – CEPCT–MG –, para discussão e pauta. Esclarece que essa comissão foi criada no intuito de coordenar essa política no Estado e que o órgão conta, em sua composição, com um representante (eleito) dos povos de circo.
14	3.244	À Secretaria de Estado de Cultura – SEC –, encaminha pedido de providências para implementar, no âmbito de sua competência, medidas que contribuam para a implantação e a manutenção do Centro de Referência de Apoio aos Povos e das Comunidades Tradicionais Circenses, inclusive no que se refere à disponibilização de recursos para essa finalidade.	Não	
14	3.245	À Sedpac, encaminha pedido de providências para que promova a gestão necessária junto ao governo do Estado com vistas à suplementação de recursos na Ação 4624 – Operacionalização dos Conselhos Estaduais de Direitos Humanos – do PPAG 2016-2019, de modo a viabilizar as atividades nela previstas.	Não	
14	3.246	À Sedpac, encaminha pedido de providências para implementar, no âmbito de sua competência, medidas que contribuam para a implantação e a manutenção de um centro de referência da juventude, inclusive no que se refere à disponibilização de recursos para essa finalidade.	Sim	Segundo a Sedpac, a construção do Centro de Referência da Juventude da Região Metropolitana de Belo Horizonte encontra-se concluída. Sua implantação será em breve, mas depende de disponibilidade orçamentária da secretaria, que está adquirindo cerca de R\$ 794.330,00 em mobiliário para o equipamento. No ano de 2016, está prevista a disponibilização de cerca de R\$ 1.200.000,00 para a compra do restante dos equipamentos de multimídia e outros. Ressaltou, ainda, que esse centro foi uma proposta conjunta do governo do Estado e do Município de Belo Horizonte, concretizada por meio do Convênio 2/2013, que tem por objeto a construção e a implantação de um espaço que ofertará atividades voltadas ao desenvolvimento, à capacitação e ao lazer dos jovens da RMBH.

Respostas aos requerimentos encaminhados

Nº PLE	Nº RQN	Conteúdo dos requerimentos	Houve resposta até 15/07/17?	Síntese da resposta
14	3.223	Ao secretário de Direitos Humanos, Participação e Cidadania, encaminha pedido de informações sobre a implementação dos centros de referência em direitos humanos, prevista na Ação 4547 do PPAG 2016-2019, especialmente no que se refere ao cronograma de implantação das unidades, à localização e aos custos de cada uma delas, com a indicação dos serviços e programas que serão disponibilizados para o atendimento da população.	Não. (aguardando apreciação do parecer em comissão).	
14	3.224	À Sedpac, encaminha pedido de providências para que promova a gestão necessária junto ao governo do Estado com vistas à suplementação de recursos na Ação 4548 – Promoção de Direitos Humanos e Participação Social – do PPAG 2016-2019, especialmente para os anos de 2017, 2018 e 2019, de modo a viabilizar as atividades nela previstas.	Não	
14	3.225	Ao governador do Estado, encaminha pedido de providências para envidar esforços para o cumprimento do Decreto 40.404, de 1999, que dispõe sobre a contribuição para o Fundo para a Infância e a Adolescência – FIA –, especialmente no que se refere à obrigação de as sociedades de economia mista, empresas públicas e entidades de direito privado sob controle direto ou indireto do Estado, integrantes da administração indireta do Poder Executivo, destinarem mensalmente ao fundo 1% do imposto de renda devido.	Sim	A Seds esclareceu que o FIA não está vinculado a essa secretaria.

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. /n: _____. **Assembleia de Minas**: Poder e voz do Cidadão. (Portal.) Disponível em: <http://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/index.html>. Acesso em: 15 jul. 2017.

Acesse o site [Políticas Públicas ao Seu Alcance](#) para saber mais sobre as políticas públicas de [Direitos Humanos](#), [Assistência Social](#), [Defesa do Consumidor](#), [Política Fundiária](#) e para [Criança e Adolescente](#), [Idoso](#), [LGBT](#) e [Mulher](#) e monitorar sua execução ao longo do ano.